

Memória, Tradição e Turismo: depoimentos dos anciões da Puxada do Mastro de Olivença, Ilhéus, BA

*Memory, Tradition and Tourism: testimonies of the elders of
the Puxada do Mastro of Olivença, Ilhéus, Bahia, Brazil*

Brunna Cristina da Encarnação Chaves ¹

Luiz Felipe Mendes de Oliveira ²

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar as relações entre memória, tradição e turismo a partir dos depoimentos de anciões da comunidade de Olivença (Ilhéus, BA), no contexto da celebração da Puxada do Mastro de São Sebastião. Trata-se de uma manifestação cultural de elevado valor simbólico, espiritual e identitário para os povos Tupinambás da região, que articula elementos religiosos, profanos e culturais e integra o calendário turístico local. O estudo, vinculado ao projeto de extensão “Anciões da Puxada de Mastro de São Sebastião”, adota abordagem qualitativa e história oral temática. Foram entrevistados moradores indicados pela Associação dos Machadeiros de Olivença (AMAO) e diretamente relacionados à celebração. Os depoimentos foram transcritos e transcriados, resultando em um catálogo cultural com valor documental e

¹ Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduação em Turismo em andamento pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3074469944146490>. E-mail: brunnaechaves@gmail.com.

² Mestrado em Ciências pela Universidade de São Paulo (EACH-USP). Licenciatura em Turismo pelo Centro Paula Souza (CPS). Graduado em Gestão de Turismo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Professor Auxiliar na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XVIII, Eunápolis. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8346285077021041>. E-mail: luizoliveira@uneb.br

pedagógico. O referencial teórico ancora-se em autores como Candau (2011), Delgado (2017), Meneses (1999) e Halbwachs (2004), articulando conceitos de memória, tradição, identidade e patrimônio. Os resultados evidenciam que a continuidade da tradição é assegurada por meio da oralidade, da transmissão intergeracional e da vivência comunitária, sendo os anciões reconhecidos como guardiões de saberes e práticas culturais. Canções, símbolos e relatos revelam a Puxada do Mastro como espaço de construção e reafirmação identitária. A presença do turismo é percebida como positiva quando respeita o caráter espiritual da celebração, embora suscite desafios relacionados à preservação de sua autenticidade. Conclui-se que a Puxada do Mastro de São Sebastião constitui importante dispositivo de articulação entre memória, fé e resistência, reafirmando a memória coletiva como fundamento das manifestações culturais e da identidade comunitária.

Palavras-chave: memória; patrimônio; tradição; identidade; turismo.

ABSTRACT: This article aims to analyze the relationships between memory, tradition, and tourism based on the testimonies of elders from the community of Olivença (Ilhéus, Bahia, Brazil), within the context of the celebration of the Puxada do Mastro de São Sebastião. This cultural manifestation holds significant symbolic, spiritual, and identity value for the Tupinambá people of the region, combining religious, secular, and cultural elements, and is also part of the local tourism calendar. The study is linked to the extension project “Anciões da Puxada do Mastro de São Sebastião” and adopts a qualitative approach grounded in thematic oral history methodology. Interviews were conducted with community members indicated by the Associação dos Machadeiros de Olivença (AMAO), whose life trajectories are directly connected to the celebration. The testimonies were transcribed and transcreated, resulting in the development of a cultural catalog with documentary and pedagogical value. The theoretical framework was based on authors such as Candau (2011), Delgado (2017), Meneses (1999), and Halbwachs (2004), articulating the concepts of memory, tradition, identity, and heritage. The results indicate that the continuity of the tradition is sustained through orality, intergenerational transmission, and community experience, with elders (anciões) recognized as guardians of knowledge

and cultural practices. The songs, symbols, and narratives reveal the Puxada do Mastro de São Sebastião as a space for the construction and reaffirmation of identity. Tourism is perceived positively when it respects the spiritual meaning of the celebration, although it also raises challenges related to the preservation of its authenticity. It is concluded that this celebration constitutes an important mechanism for articulating memory, faith, and resistance, reaffirming collective memory as the foundation of cultural expressions and community identity.

Keywords: memory; heritage; tradition; identity; tourism.

1 INTRODUÇÃO

Entender a relação entre memória, tradição e identidade é fundamental para compreender as manifestações culturais enquanto expressões do patrimônio imaterial presentes na cultura brasileira. Segundo Brayner (2007, p. 09) o “Brasil é um país de grande diversidade cultural” e a memória tem um papel significativo na construção dessa identidade. Ambos conceitos, tratados na subjetividade dos indivíduos, se entrelaçam e se constituem formando a trajetória de vida do sujeito e suas histórias. Um grupo identitário se reconhece por meio de suas narrativas, rituais e lembranças compartilhadas, considerando a perspectiva da Memória Coletiva de Maurice Halbwachs. A memória é, portanto, a identidade em ação. Tudo que a sociedade escolhe lembrar - ou esquecer - legitima discursos, cerimônias, direcionamentos sociais, entre outros (Candau, 2011).

É nesse contexto teórico que se compreende a Puxada do Mastro de São Sebastião, manifestação tradicional da comunidade de Olivença, em Ilhéus, Bahia, que marca a identidade e cultura dos povos tupinambás. Enquanto patrimônio cultural de seu povo, ela enseja os elementos histórico-culturais da resistência cultural dos povos indígenas e da força comunitária, além de atrair o interesse de visitantes e integrar o calendário turístico de Olivença, território da cidade de Ilhéus no sul da Bahia. O presente estudo tem por objetivo analisar a relação entre memória, tradição e turismo na manifestação cultural da Puxada do Mastro de São Sebastião, realizada na comunidade de Olivença, com foco nos depoimentos e saberes dos anciões que concatenam a tradição local.

Pretende-se, ainda, como objetivos secundários: compreender como essa tradição, mantida pela ação contínua da própria comunidade, contribui para a preservação do patrimônio imaterial e fortalecimento da identidade da comunidade, ao mesmo tempo em que impulsiona o turismo cultural no território, atraindo visitantes interessados na riqueza simbólica, histórica e espiritual da manifestação. Busca-se, ainda, refletir sobre o papel da história oral na construção de experiências culturais que conectam a comunidade local e externa, partindo da experiência do projeto de extensão oriundo da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus de Eunápolis, e da Associação dos Machadeiros de Olivença (AMAO). Diante disso, a próxima seção apresenta o referencial teórico que sustenta a análise, abordando as relações entre memória, tradição e turismo cultural.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O processamento da memória ocorre no limiar entre o que se vive individualmente, no lembrar subjetivo, com o que se experimenta em um grupo social. Estímulos e referências sociais promovem a emersão de memórias. A memória não é estática por ser constantemente reconstruída quando lembrada, contada ou representada no momento presente. (Delgado, 2017).

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. (Pollak, 1992, p. 1).

Para Candau (2011), existe uma dialética entre memória e identidade, em que a primeira participa da construção da segunda, enquanto a segunda influencia a primeira, uma vez que a identidade quando formada, afeta a maneira que se olha para o passado. Existe, assim, uma relação indissociável entre os dois conceitos. A memória fortalece a identidade tanto a nível individual quanto coletivo, abarcando tudo que é lembrado e também o que é esquecido. Nesse escopo, o patrimônio é uma dimensão da memória, porque representa as escolhas que uma sociedade faz sobre o que lembrar e preservar (Oliven, 2009).

Segundo Meneses (1999, p. 181) “tanto o conceito de identidade quanto o de memória (um de seus suportes essenciais) são ambíguos e perturbadores” por ambos não constituírem dimensões fixas ou naturais, mas sim construções sociais dinâmicas. Transportados para a compreensão da tradição, como elemento norteador da compressão que as comunidades têm sobre seus bens, expande-se para o entendimento da salvaguarda e do ideário de continuidade e amparo ancestral (Kotre, 2013) presente na própria concepção de tradição. Pensar a preservação, “qualquer que seja o sentido da expressão, pressupõe sempre uma continuidade, uma disponibilidade permanente, em função precisamente da alimentação da identidade cultural” (Meneses, 1999, p. 182).

Se, por um lado, a ambiguidade marca os conceitos de identidade e de memória, tal ambiguidade não é irreduzível. Exilar a memória no passado é deixar de entendê-la como força viva do presente (Meneses, 1999). E é desse pressuposto que se define as tradições como elementos constituídos da ação humana.

Entende-se a tradição como um conjunto de sistemas simbólicos que são passados de geração a geração e que tem um caráter repetitivo. É uma memória longa. São os usos e costumes, os símbolos, práticas, crenças, vestuário, culinária, música, poesia, dança, entre muitos outros elementos que fazem parte de uma dada cultura, de um povo. (...) A tradição usa a simbologia, para reafirmar e demonstrar a manutenção de antigos rituais, que se originam num passado bem distante. (Oliveira, 2011, p. 36-37).

Ao se transmitir de geração em geração, a tradição acaba por se tornar um dos principais alicerces do patrimônio cultural, sobretudo do patrimônio imaterial. Isso porque, ao ser valorizada e reconhecida como significativa para a identidade de um grupo, a tradição se transforma em bem cultural a ser preservado. (Pelegrini; Funari, 2008). A Resolução do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) nº 1, de 3 de agosto de 2006, que determina os procedimentos a serem observados no processo de registro de bens culturais imateriais, entende-os como “criações

culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social” (Brasil, 2006, p.1).

O patrimônio cultural pode ser entendido como uma expressão da memória e das identidades, assumindo significado por meio da teia de significações que permeia as ações coletivas e define a dinâmica sociocultural (Geertz, 1989). O patrimônio, portanto, é aqui entendido como uma construção social e cultural que traduz o que uma coletividade considera digno de ser lembrado, protegido e transmitido, em consonância com seus processos identitários e suas memórias compartilhadas.

Essa dimensão do patrimônio caracteriza-se por seu caráter intangível e dinâmico – ou seja, está sujeita a mudanças impostas pelo cotidiano do homem, já que se trata de seus modos de vida, saberes e fazeres, que evoluem constantemente. Por essa razão busca-se o reconhecimento dessa dinamicidade e a respectiva valorização e promoção de tais expressões (Brasil, 2010, p-53).

A história de uma comunidade é feita de várias histórias de vida que se relacionam. Nesse sentido, o reconhecimento do patrimônio cultural imaterial, ressalta o valor dos saberes, expressões e rituais transmitidos de geração em geração, como parte essencial da identidade e da continuidade das culturas e memórias de diferentes grupos sociais (Unesco, 2003). Essas práticas são transmitidas por meio da oralidade o que faz delas um elemento construtor e reconstrutor da história.

Como o próprio termo patrimônio imaterial indica, a atenção se volta menos para os elementos materiais e mais para os aspectos simbólicos e valorativos dessas formas de vida cultural. “Os bens imateriais não só são de difícil definição, mas também só têm sentido se significarem uma prática regular” (Oliven, 2009). Diferente das concepções tradicionais, não se busca o tombamento dos bens incluídos nesse tipo de patrimônio. A proposta consiste em registrar tais práticas e expressões, acompanhando-as ao longo do tempo para observar sua continuidade e possíveis transformações (Silva Filho; Barros, 2018).

As manifestações culturais são as representações das tradições e identidade local e, segundo Dias (2006, p. 58):

Tais manifestações são mantidas como forma de reverenciar o passado e preservar a identidade cultural dessa população. Na realidade, embora remetam a um passado, com o passar do tempo foram incorporando traços que as tornaram elementos dinâmicos da cultura popular, permanentemente atualizada em decorrência das interações sociais vividas pela comunidade ao longo do tempo, o que inclui o presente.

Os bens culturais imateriais têm um papel essencial na forma como as sociedades compreendem a natureza e o mundo ao longo do tempo. (Brayner, 2007). Ao vivenciar modos singulares de celebração e de produção de conhecimento, retoma parte de identidades comuns. A transmissão desses saberes às novas gerações e sua

valorização contribuem para fortalecer a autoestima e preservar tradições ancestrais. (Pelegrini; Funari, 2008).

No contexto brasileiro, o contato com o patrimônio imaterial manifesta-se, também, nos festejos populares. Essas expressões, somadas aos lugares votivos e às práticas que unem o sagrado e o profano, revelam a complexa teia cultural que forma nossa “brasilidade”. Assim, o reconhecimento dos bens imateriais como expressões da “alma dos povos” reforça as memórias coletivas e o sentimento de pertencimento que une indivíduos e comunidades (Pelegrini; Funari, 2008).

Segundo Moura (2001), os festejos populares mantêm vivo o que está presente na memória coletiva. Os símbolos e alegorias dramatizados em uma celebração costumam funcionar como forma de transmitir ou reforçar uma visão de mundo, legitimando valores e crenças ligados à tradição. Um festejo popular carrega consigo uma longa trajetória, marcada por interesses espirituais e materiais que se transformam ao longo do tempo (Moura, 2001).

As festas representam momentos da maior importância social. São instantes especiais, cíclicos, da vida coletiva, em que as atividades comuns do dia-a-dia dão lugar às práticas diferenciadas que as transcendem, com múltiplas funções e significados sempre atualizados. As diversas espécies de práticas culturais populares podem ser a ocasião da afirmação ou da crítica de valores e normas sociais; o espaço da diversão coletiva; do repasto integrador; do exercício da religiosidade; da criação e expressão de realizações artísticas; assim como o momento da confirmação ou da conformação dos laços de identidade e solidariedade grupal (Ikeda; Pellegrini, 2008, p. 207).

A partir dessa dinâmica, identificam-se alguns componentes estruturais recorrentes no festejar popular. O primeiro é o elemento religioso, conduzido por agentes da Igreja em ritos como missas e procissões. O segundo é o profano-religioso, realizado com aval religioso e que mescla devoção e celebração em práticas e costumes comunitários. O terceiro é o profano, voltado à diversão e permanência dos participantes, envolvendo comidas, danças, jogos e atrativos populares (Moura, 2001). As festas populares constituem grandes motores do turismo nacional e um dos principais patrimônios culturais do Brasil (Moura, 2001).

Cabe dizer também que, embora praticamente qualquer bem cultural possa ser reconhecido por meio das políticas de patrimônio, observa-se que os bens que recebem o título de patrimônio imaterial geralmente estão ligados a práticas culturais de povos indígenas, comunidades tradicionais, manifestações afro-brasileiras e expressões da cultura popular em sentido amplo (Silva, 2018). Dessa forma, a política de patrimônio imaterial no Brasil vem sendo aplicada como uma forma de reparação histórica à marginalização de determinados grupos étnico-raciais, anteriormente excluídos das ações de preservação promovidas pelo IPHAN (Silva, 2018).

Nesse contexto, para Caponero e Leite (2010), as festas populares brasileiras passaram por um processo de diversificação e adquiriram autonomia, assumindo novas formas de expressão e organização. Inseridas em uma sociedade capitalista

voltada para o consumo, essas manifestações foram influenciadas por mudanças nos comportamentos sociais e nas preferências dos turistas, o que impulsionou o surgimento de ofertas diferenciadas. Elas tornaram-se importantes recursos culturais, especialmente no âmbito do turismo cultural, que tem apresentado expressivo crescimento nas últimas décadas. Assim, essas celebrações deixam de ser apenas opções complementares e passam a ocupar um papel central nas dinâmicas culturais e turísticas do país.

A interface entre patrimônio cultural e turismo precisa ser compreendida considerando sua força identitária. Conforme destacam Machado e Dias (2009), o turismo pode atuar como instrumento de valorização e preservação do patrimônio cultural, desde que promova a participação e protagonismo comunitário, o reconhecimento da história local e o fortalecimento da cidadania. Assim, o turismo cultural torna-se capaz de impulsionar o desenvolvimento local, integrando o patrimônio à vida cotidiana e estimulando o pertencimento coletivo. (Hickenbick et al, 2021) O turismo utiliza o patrimônio como produto e como destino, enquanto o patrimônio, por sua vez, ganha visibilidade e renda por meio da atividade turística. Essa valorização desperta maior interesse e envolvimento da comunidade local, favorecendo ações de preservação e fortalecendo sua salvaguarda (Pereira; Areas; Lima, 2023).

Bueno (2012) destaca que mesmo diante das fortes influências da modernidade e dos poderosos veículos da cultura de massa, observa-se uma inclinação à manutenção dos valores culturais. Esse movimento é, em grande medida, impulsionado pelo turismo, uma vez que a preservação dessas dimensões culturais cria oportunidades para integração nos destinos turísticos, permitindo que a cultura exerça simultaneamente funções econômicas e sociais (Bueno, 2012).

Ao aliar o turismo sob uma perspectiva cultural, é fundamental priorizar a valorização e a inclusão das populações economicamente marginalizadas, possibilitando que essas comunidades se tornem agentes ativos e participantes no processo de desenvolvimento social local (Fagundes; Cunha, 2010; Scótolto; Panosso Netto, 2015). Dessa forma, a atividade turística contribui para a preservação da memória coletiva e para a conservação do patrimônio cultural presente nos locais de interesse turístico, além de desempenhar um papel importante na dinamização e fortalecimento da economia local (Aragão; Carvalho, 2013).

A relação de patrimônio imaterial e turismo ainda é marcada por tensões. O turismo hegemônico não se alinha às ações de salvaguarda, mas experiências como o Turismo de Base Comunitária podem representar um caminho viável para aproximar preservação cultural e desenvolvimento local sustentável (Hickenbick et al, 2021).

Se o patrimônio serve para unificar uma nação, as desigualdades em sua formação e apropriação exigem estudá-lo também como espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos. Esse princípio metodológico corresponde ao caráter complexo das sociedades contemporâneas. (Canclini, 1999, p.18). [Tradução Livre].

Logo, pensar a relação entre turismo e patrimônio cultural é também pensar em práticas de salvaguarda, resistência e protagonismo comunitário. Nesse sentido, a valorização do patrimônio cultural imaterial, especialmente quando associado a manifestações coletivas como as festas populares religiosas, permite que a própria comunidade compreenda a potência de suas práticas e se reconheça como protagonista de sua história. Apresenta-se a seguir, os elementos culturais que compõem a celebração da Puxada do Mastro de São Sebastião.

As reflexões apresentadas neste referencial teórico permitem compreender que a memória e a tradição, quando articuladas ao turismo, constituem importantes dimensões da valorização cultural e da construção de identidades locais. A seção seguinte descreve os procedimentos metodológicos adotados para a coleta e análise dos depoimentos dos anciões na comunidade de Olivença.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa está vinculada aos resultados do projeto de extensão universitária “Anciões da Puxada do Mastro de São Sebastião”, aprovado pelo edital PROIEX/2024 e desenvolvido em parceria entre o Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT-18) da UNEB – Campus XVIII/Eunápolis e a Associação dos Machadeiros de Olivença (AMAO). A abordagem metodológica adotada foi de caráter qualitativo e fundamentada na história oral temática (Meihy, 2013; Delgado, 2017).

Buscou-se captar as experiências de vida de anciões envolvidos com a Puxada do Mastro. Assim, foram realizadas entrevistas com moradores da comunidade, selecionados por indicação da própria associação, cujas trajetórias pessoais estão intimamente ligadas à prática da celebração. Com o projeto, foi possível articular um processo de registro e referenciação de memórias de nove anciões. Dentre eles três apresentados em memória e os demais, anciões presentes na comunidade.

As entrevistas foram conduzidas priorizando a escuta ativa e o respeito à narrativa de cada ancião. Por meio de um diálogo fluido, cada ancião compartilhou aspectos de sua trajetória de vida no território, relatando vivências ligadas à festividade, lembranças significativas e acontecimentos curiosos e marcantes. Também abordaram a participação de seus familiares na celebração e a maneira como essa manifestação cultural se entrelaça com sua espiritualidade e fé. Embora as entrevistas não tenham seguido um roteiro fechado ou perguntas previamente estruturadas, cada depoente, guiado por sua trajetória individual, trouxe à tona temas como política e gestão comunitária, resistência étnica, religiosidade e relações familiares.

Após as gravações, os registros passaram por etapas de transcrição e transcrição pela equipe do projeto, conforme os princípios da história oral, considerando os aspectos linguísticos, afetivos e contextuais das falas (Lang, Campos e Demartini, 2010). Como resultado desse processo, foi elaborado um catálogo cultural com os depoimentos registrados e imagens fotográficas, disponibilizado

digitalmente e fisicamente para a comunidade. O material tem valor documental de salvaguarda, e serve como suporte para ações de memória e difusão da cultura local — inclusive no âmbito do turismo cultural.

Os depoimentos foram coletados com autorização dos depoentes, sendo os termos de cessão e uso entregues e arquivados na sede da Associação dos Machadeiros de Olivença (AMAO), considerando o caráter extensionista que originou o projeto. Contudo, tendo em vista que a discussão aqui apresentada é oriunda de uma atividade de extensão e de prática de campo, optou-se pela preservação das identificações pessoais, usando a referência “Depoente e a numeração cardinal” (ex.: Depoente 1, 2....).

Quanto aos procedimentos da história oral, as etapas metodológicas seguiram o fluxo de transcrição como primeira versão textual dos depoimentos, reproduzindo com fidelidade as palavras e expressões verbalizadas (Delgado, 2017). A transcrição foi, portanto, literal e rigorosa (Caldas, 1999). Na sequência, o processo de transcrição moldou o texto conferindo-lhe uma “ficcionalidade viva” (Caldas, 1999, p.109).

Consagrando o princípio elementar de que existem diferenças entre uma situação (língua falada) e outra (língua escrita), nota-se que o mais importante na transposição de um discurso para o outro é o sentido que, por sua vez, implica intervenção e desvios capazes de sustentar os critérios decisivos. Por outro ângulo, a incorporação do indizível, do gestual, das emoções e do silêncio, convida à interferência que tenha como fundamento a clareza do texto e sua força expressiva. Em história oral, o reconhecimento do texto precedido pela conferência e pela autorização determina se o colaborador se identificou ou não com o resultado. (Meihy; Holanda, 2013, p. 139).

Dessa forma, a construção dos depoimentos se deu de maneira a preservar a integridade das narrativas, respeitando o modo como cada depoente expressou suas recordações, porém equilibrando com a clareza e expressividade indispensáveis para o texto final. A transcrição aqui é reconhecida como etapa necessária para “tradução” do que é falado para o que é escrito. Entende-se que a oralidade atua na reconstituição do passado, espelhado no presente que reproduz, por meio de narrativas, a dinâmica da vida pessoal em conexão com processos coletivos. (Lang; Campos; Demartini, 2010). Essa restituição, feita através de processo de recordações, contribui para a reconstrução do que se passou segundo o olhar de um depoente (Delgado, 2017).

Como apontam Meihy e Holanda (2013), o reconhecimento do texto pelo depoente, após conferência e autorização, é decisivo para validar se ele se identifica com a narrativa resultante, o que reforça o compromisso ético da história oral com o sujeito da pesquisa. Os testemunhos são tratados, assim, como um processo entre escuta, entendimento das condições que se deu a fala e os sentidos produzidos.

(...) os testemunhos de diversa natureza sobre “tempos passados” deve ser considerados suportes de informação sobre a mudança, seus processos, seu alcance. Por isso devemos não só considerá-los enquanto produtos, mas investigar também os contextos de produção e consumo (Meneses, 1999, p. 186).

Importante citar que a culminância do projeto se deu com o evento de lançamento do catálogo, realizado no final de 2024, onde foi possível se ter uma vivência direta com os rituais, gestos e elementos simbólicos envolvidos na celebração. Na ocasião, teve a participação de lideranças locais além da gestão pública.

Houve a apresentação cultural dos objetos símbolos da Associação dos Machadeiros que traduzem o compromisso com a tradição, a saber: a bandeira da Associação, símbolo daqueles que se engajam no propósito de seguir a tradição de São Sebastião; o sino, anunciador de boas novas e se comunica com a comunidade abrindo espaço para a epifania de fé nos trajetos da celebração de São Sebastião; o machado, que conecta ao divino expresso em São Sebastião e naqueles que adentram a mata para cumprir a promessa ancestral; a corda, que representa a força ancestral e espiritual que permite o arrasto do mastro, reunindo machadeiros, indígenas, comunidade, turistas e visitantes; a leva, símbolo de movimento, mas também representam o controle e organização para levar o mastro ao seu destino e a muda, símbolo de respeito ambiental, a apresenta o compromisso de todos os anos de fazer o replantio de mudas nativas.

Dessa forma, os procedimentos metodológicos adotados possibilitaram captar as narrativas e percepções dos anciões, respeitando seus modos próprios de expressão e significação. A seguir, são apresentados os resultados obtidos, nos quais surgem as memórias, práticas e sentidos atribuídos à Puxada do Mastro pelos moradores escolhidos nessa primeira curadoria de Anciões.

4 RESULTADOS

4.1 A Puxada do Mastro de São Sebastião, Olivença, Ilhéus, BA

A origem da Puxada do Mastro em Olivença remete a um voto feito à São Sebastião em um período de epidemia que assolou a região, no qual a comunidade prometeu realizar o arrasto de um mastro como forma de agradecimento e pedido de proteção ao santo mártir (Oliveira; Trigo, 2018). A festa representa uma tradição que se moldou pela confluência dos saberes e ancestralidades dos povos originários do território (Costa, 2013), hibridizados à estrutura sociorreligiosa advinda da colonização jesuítica (Dória, Barroco; Lohmann, 2010). Atualmente, a festa acontece anualmente na segunda semana de janeiro.

Cerca de uma semana antes do festejo principal, membros da comunidade adentram a mata para escolher e cortar a árvore que será transformada no mastro a ser arrastado. Essa ação é conduzida pelos machadeiros, membros da comunidade com a tradição no corte e derrubada da árvore para transformação em mastro sagrado.

Para além da retirada, intermediados pela Associação dos Machadeiros de Olivença (AMAO), são realizados os replantios de mudas na mata do Ipanema como forma de conciliar a tradição cultural com o respeito e reponsabilidade ambiental. Esta ação costuma ser apoiada por órgãos e entidades do setor público.

A tradição de ser machadeiro é passada entre gerações, com respeito aos mais velhos e reverência ao conhecimento ancestral. São esses membros que inspiram o nome da Associação dos Machadeiros de Olivença (AMAO), entidade responsável pela salvaguarda da tradição.

São cortadas duas árvores: uma grande, destinada aos adultos, e uma menor, chamada mastaréu, conduzida pelas crianças, o que evidencia o caráter intergeracional da tradição. Durante o cortejo, o mastro é puxado pela mata, praia e espaços públicos até chegar à área central de Olivença, na praça, onde é celebrada a epifania do ato votivo e a força comunitária da tradição. A festa do mastro culmina no dia de erguê-lo com uma bandeira de São Sebastião em frente à Igreja de Nossa Senhora da Escada. Por vezes, quando o mastro não é substituído, é feita a queima do mastro daquele ano durante as fogueiras de São João como parte do encerramento do ciclo cósmico e simbólico da celebração (Couto, 2001). Esse gesto simboliza a fé, a renovação da proteção espiritual da comunidade e o compromisso com os antepassados. O esforço físico do arrasto é compreendido também como oferta espiritual, um ato de entrega coletiva que une devoção, resistência e espírito comunitário.

Além da dimensão religiosa, a festa é marcada, em seus diferentes dias de realização, por elementos da cultura popular, com a presença do Boi Estrela, Camponesas, Mascarados, além de turistas que se divertem com o festejo. A celebração forma um ambiente onde o sagrado e o profano convivem em amálgama. Parte-se do entendimento de que a Puxada do Mastro é um dos elementos de representação da memória coletiva de Olivença. Enquanto patrimônio cultural de seu povo, ela enseja os elementos histórico-culturais da resistência cultural dos povos indígenas e da força comunitária, além de atrair o interesse de visitantes e integrar o calendário turístico de Olivença.

A Puxada do Mastro é, portanto, uma expressão da memória coletiva de Olivença, constituindo-se como patrimônio cultural imaterial simbólico ao seu povo. Ela incorpora elementos históricos, identitários e espirituais profundamente ligados à trajetória de resistência dos povos indígenas Tupinambá da região, reafirmando a capacidade de manter e transmitir tradições ao longo do tempo. Reconhecida por sua relevância cultural, a manifestação integra o calendário turístico e religioso do município, integrando o território de identidade da Costa do Cacau, sendo também um espaço para ações de valorização da cultura local, educação patrimonial e fortalecimento das culturas indígenas. Nos últimos anos, a gestão comunitária da celebração está à cargo da Associação dos Macheiros de Olivença, grupo que dedicado à salvaguarda e trabalho de articulação, mobilização e gestão cultural dos festejos (Santos, 2014).

4.2 MEMÓRIA, TRADIÇÃO E TURISMO NOS DEPOIMENTOS DOS ANCIÕES DA PUXADA DO MASTRO DE OLIVENÇA, ILHÉUS, BA

Por meio da análise dos depoimentos registrados no catálogo “Anciões da Puxada do Mastro”, foi possível perceber que a manutenção da celebração está fortemente ancorada na memória afetiva, na oralidade e na atuação contínua da comunidade de Olivença, especialmente por meio de seus anciões e lideranças locais. Os relatos demonstraram que a Puxada do Mastro não é apenas um rito religioso, mas uma experiência coletiva de fé, identidade, pertencimento e resistência cultural. Percebe-se que a festa é vivida como herança familiar e comunitária, onde os mais velhos assumem a função de transmissores da tradição, ensinando aos mais jovens não só os elementos constitutivos da celebração, mas os valores que sustentam a manifestação. Expressões de anseios pela continuidade do legado e da tradição representam a dimensão ancestral e viva da memória coletiva.

As falas apontam que a Puxada do Mastro tem atraído diversos visitantes por sua autenticidade e por proporcionar uma experiência única - com cantos, danças, cortejos e principalmente, a energia da comunidade movida pela fé e pelo amor à tradição. A presença dos turistas é frequentemente percebida como algo natural à festa, desde que haja respeito à condução comunitária do rito. Como menciona o Depoente 1, “a festa não é nossa, é de todos que querem ver uma coisa bonita”.

Outro ponto recorrente nos relatos é a percepção de mudança ao longo do tempo. Depoentes como o 2 e o 3 comentam sobre a simplicidade da festa em tempos antigos e expressam desejos de que a tradição permaneça viva e se fortaleça para as novas gerações. Há, portanto, uma consciência sobre o valor da celebração e sua relação com o território, com a natureza e com o modo de vida local. Por outro lado, há críticas quanto à descaracterização da festa e à perda de seu sentido original (entendendo que original aqui parte do ponto de vista do narrador sobre as repetições de atos que foram comuns em período anterior). Alguns depoentes apontam um incômodo com práticas externas que desrespeitam o rito, como o consumo excessivo de álcool, uso de roupas de banho e a presença de visitantes que não compreendem o valor espiritual da celebração.

Assim, o estudo aponta que a Puxada do Mastro atua como base da preservação do patrimônio imaterial, mas também como elemento que projeta a comunidade de Olivença no circuito do turismo. Tal projeção, no entanto, traz consigo desafios relacionados à autenticidade e à mediação comunitária sobre os sentidos da festa e os efeitos da presença dos turistas sobre o olhar da comunidade para com sua manifestação cultural.

As cantigas mencionadas pelos anciões também se revelam como importantes transmissores da tradição oral, funcionando como registros musicais da memória coletiva. As músicas entoadas durante a celebração carregam elementos do sagrado e da ancestralidade, reforçando o vínculo entre os participantes e a história da

comunidade. As canções da Depoente 4, por exemplo, são citadas como expressões que sintetizam sentimentos de fé e pertencimento.

Marchai, marchai, marchai camponesas ao Belém. Adorai o Deus menino, que nasceu para o nosso bem. As camponesas, com alegria, vão adorar o Messias nesse dia. (Trecho cantado pela Depoente 4).

Percebe-se que as cantigas também passam por transformações que refletem os tensionamentos entre tradição e modernidade. O “Ajuê”, expressão utilizada anteriormente pelos festeiros de São Sebastião e povos indígenas, foi ressignificada em “Aruê Dão”, e os demais elementos da cantiga seguem um processo similar de transformação que amplia o debate entre a tradição, a memória e os usos sociais da cultura no tempo presente.

A tradição é constantemente recriada, sustentando-se na oralidade como mecanismo de transmissão intergeracional. O canto performa a fé e história da comunidade, reafirmando sua identidade coletiva e seu lugar no mundo. Essa dimensão da cultura contribui diretamente para a valorização da manifestação cultural como patrimônio imaterial, enquanto articula sentidos com potencial turístico.

A presença de visitantes durante a celebração reforça o papel do turismo como ferramenta de valorização das práticas locais, desde que mediado por princípios de responsabilidade. O contato com o outro (o turista) pode, inclusive, fortalecer o reconhecimento da importância da manifestação por parte da comunidade, como apontado por alguns depoentes. Contudo, o turismo também impõe desafios: a espetacularização, a mercantilização e a incompreensão de elementos simbólicos podem ameaçar a integridade cultural da festa. Por isso, o turismo, nesse contexto, deve ser compreendido como um campo de mediação entre memória, tradição, identidade e os sentidos da atratividade posta.

Essa compreensão conduz às considerações finais, que sintetizam as principais reflexões da pesquisa e demonstram as contribuições do estudo para o campo do turismo cultural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo pautou-se no propósito de analisar a relação entre memória, tradição e turismo a partir dos depoimentos de anciões da comunidade de Olivença (Ilhéus, BA), no contexto da celebração da Puxada do Mastro de São Sebastião, e partindo da experiência do projeto extensionista vinculado à Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Do ponto de vista teórico, este estudo reafirma o papel da memória coletiva como eixo estruturante das manifestações culturais e da identidade comunitária. Permite estabelecer um diálogo conceitual entre as categorias memória, tradição e turismo pela análise e compreensão do fenômeno dentro da Celebração da Puxada do Mastro de Olivença. A partir dos depoimentos dos anciões da comunidade de Olivença, foi

possível compreender como a tradição da Puxada do Mastro de São Sebastião se constitui como um patrimônio cultural dinâmico, mantido pela oralidade, pela ação comunitária e pela resistência e fé transmitida entre as gerações.

Para além dos debates conceituais que vem sendo discutido, o desenvolvimento do projeto tem vislumbrado de maneira prática os sentidos, entendimentos e atravessamentos acerca da salvaguarda e da cultura imaterial pela ótica da apropriação turística. A presença do turismo na celebração demonstrou-se ambígua: por um lado, amplia a visibilidade e pode fortalecer o reconhecimento da importância da manifestação; por outro, impõe desafios relacionados à descaracterização, à espetacularização e à necessidade de garantir o protagonismo da comunidade nos processos de mediação cultural. O trabalho reforça a importância de iniciativas que aliem salvaguarda cultural e educação patrimonial, reconhecendo os sujeitos locais como agentes ativos na produção e transmissão de saberes.

Como proposta de desdobramento desta pesquisa, recomenda-se a continuidade do trabalho de história oral no território. Os resultados aqui apresentados são um recorte curatorial e há mais anciões e representações na comunidade capazes de ampliar a discussão aqui apresentada. Recomenda-se, ainda, que novos estudos possam ser realizados com uma investigação atrelada tanto à memória, turismo e sua patrimonialidade quanto no estudo aprofundado das relações de permanência indígena no território.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, I. R.; CARVALHO, K. D. Turismo, cultura e memória: estudo sobre dois patrimônios culturais da humanidade no Brasil. **Revista Turismo em Análise**, v. 24, n. 3, p. 694–719, dez. 2013. DOI. 10.11606/issn.1984-4867.v24i3p694-719.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Resolução nº 1, de 3 de agosto de 2006**. Estabelece as definições, os procedimentos e os critérios de avaliação e de validação do Registro do Patrimônio Cultural do Brasil, nos termos do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Brasília, DF: IPHAN, 2006. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Resolucao_001_de_3_de_agosto_de_2006.pdf. Acesso em 31 out. 2025.

BRASIL. **Turismo cultural**: orientações básicas. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRAYNER, N. G. **Patrimônio cultural imaterial**: para saber mais. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

BUENO, M. S. O turismo e as manifestações culturais. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO,

9., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2012. Disponível em: <https://anptur.websiteseuro.com/anais/anais/files/9/18.pdf>. Acesso em: 08 abr 2026.

CALDAS, A. L. **Oralidade, texto e história**: para ler a história oral. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

CANCLINI, N. G. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: AGULIAR CRIADO, E. (Ed.). **Patrimonio etnológico**: nuevas perspectivas de estudio. Andalucía: Consejería de Cultura, Junta de Andalucía, 1999. p. 16–33.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CAPONERO, M. C.; LEITE, E. Inter-relações entre festas populares, políticas públicas, patrimônio imaterial e turismo. **Patrimônio: Lazer & Turismo**, Santos, v. 7, n. 10, p. 99–113, abr./jun. 2010. Disponível em: [https://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/pdf/Ensaio1_v7_n10_abr_mai_jun2010_Patrimonio_UniSantos_\(PLT_21\).pdf](https://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/pdf/Ensaio1_v7_n10_abr_mai_jun2010_Patrimonio_UniSantos_(PLT_21).pdf). Acesso em 08 abr. 2026.

COSTA, E. F. J. **Da Corrida de Terra ao Poranci**: a permanência histórica dos Tupinambá de Olivença no sul da Bahia. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13867/1/2013_ErlonFabioJesusCosta.pdf Acesso em 08 abr. 2026

COUTO, E. S. **A Puxada do Mastro**: transformações históricas da festa de São Sebastião em Olivença (Ilhéus-BA). Ilhéus: Universidade Livre do Mar e da Mata, 2001.

DELGADO, L. A. N. **História oral**: memória, tempo, identidades. São Paulo: Autêntica, 2017.

DIAS, R. **Turismo e patrimônio cultural**: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

DÓRIA, M. A. A.; BARROCO, H. E.; LOHMANN, G. História, cultura e turismo em Olivença – Ilhéus, Bahia. In: IV FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUASSÚ, Foz do Iguaçu, 2010. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu, 2010. Disponível em: <https://festival.deangelieventos.com/wp-content/uploads/2014/01/22.-HIST%C3%93RIA-CULTURA-E-TURISMO-EM-OLIVEN%C3%87A-%E2%80%93-ILH%C3%89US-BA.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2026.

FAGUNDES, M. V. G.; CUNHA, M. G. C. Desenvolvimento social e turismo cultural: manifestações culturais populares como atrativo turístico e valorização social. In: COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA, 12., 6–9 out. 2010, Porto. **Anais [...]**. Porto: APG/UP/FL, 2010. Disponível em: <https://web.letras.up.pt/xiicig/resumos/231.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2026.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

HICKENBICK, C.; SCHEMES, E. F.; CARRELAS, D. C.; REMOALDO, P. C. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial em Santa Catarina e as suas relações com o turismo cultural. **Turismo: Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 23, n. 2, p. 415–434, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tva/a/hkqb8sBTr98ZhpYd7P74ShF/?format=html&lang=pt>. Acesso em 058 abr. 2026

IKEDA, A. T.; PELLEGRINI FILHO, A. Celebrações populares: do sagrado ao profano. **Terra Paulista**: histórias, artes, costumes. v. 3, Manifestações artísticas e celebrações populares no Estado de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial; CENPEC, 2008. Disponível em: http://www.terrapaulista.org.br/projeto/terra_paulista.asp. Acesso em: 27 out. 2025.

KOTRE, J. A verdade e a utilidade das histórias. In: MAGALHÃES, V.; SANTHIAGO, R. (Orgs.). **Depois da utopia**: a história oral em seu tempo. São Paulo: Letra e Voz; FAPESP, 2013. p. 29–38.

LANG, A. B. S. G.; CAMPOS, M. C. S. S.; DEMARTINI, Z. B. F. **História oral, sociologia e pesquisa**: a abordagem do CERU. São Paulo: Humanitas, 2010.

MACHADO, G. C.; DIAS, R. Patrimônio cultural e turismo: educação, transformação e desenvolvimento local. **Revista Patrimônio: Lazer & Turismo**, Santos, v. 6, n. 8, p.1–11, out./dez. 2009. Disponível em: https://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/pdf/Artigo1_v6_n8_out_nov_dez2009_Patrimonio_UniSantos.pdf. Acesso em 08 abr. 2026

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral**: como fazer e como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MENESES, U. B. Identidade cultural e arqueologia. In: BOSI, A. (Org.). **Cultura brasileira**: temas e situações. São Paulo: Ática, 1999. p. 181–194.

MOURA, A. P. Turismo e festas folclóricas no Brasil. In: PINSKY, P. P.; FUNARI, J. (Orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 39–51.

OLIVEIRA, S. C. C. G. S. S. **Romarias**: um espaço de interação entre a tradição e a modernidade. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/812/1/Sandra%20Celia%20Coelho%20Gomes%20da%20Silva%20Serra%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2026

OLIVEN, R. G. Patrimônio intangível: considerações iniciais. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 80–82.

OLIVEIRA, L. F. M. de; Puxada do Mastro de São Sebastião em Olivença (Ilhéus-BA): perspectivas de educação não formal no âmbito do patrimônio e do turismo. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. DOI. 10.11606/D.100.2019.tde-10122018-203224

PELEGRINI, S. C. A.; FUNARI, P. P. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PEREIRA, B. A.; AREAS, P. O.; LIMA, F. B. C. Estado da arte da produção científica sobre a relação entre patrimônio cultural, turismo, comunidade e indicação geográfica. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, v. 20, n. 2, p. 307–333, jul./dez. 2023.

Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/1142/1078>
Acesso em 08 abr. 2026

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992. Disponível em: <http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SANTOS, A. S. **Acervo cultural dos Machadeiros**: documentação interna da Associação dos Machadeiros de Olivença (AMAO). Olivença: AMAO, 2014.

SCÓTOLO, D.; PANOSSO NETTO, A. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. **CULTUR**, v. 9, n. 1, p. 36–59, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/554/505>. Acesso em 08 abr. 2026

SILVA, B. M. G. Cultura popular, turismo e patrimônio nas cavalhadas de Pirenópolis. **Áltera: Revista de Antropologia**, João Pessoa, v. 1, n. 6, p. 69-95, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/altera/article/view/41696/20861>. Acesso em: 08 abr. 2026.

SILVA FILHO, F. A. B.; BARROS, R. Patrimônio cultural imaterial: o papel do antropólogo no processo de reconhecimento dos saberes e fazeres culturais. **Cadernos NAUI: Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural**, Florianópolis, v. 7, n. 13, p.29-46, 2018. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/naui/article/view/6444>. Acesso em 08 abr. 2026

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2003.